



PF divulga balanço de investigações eleitorais, e TSE defende urna

A desinformação que visa o descrédito há de ser combatida com informação transparente. Não há fraudes nas urnas eletrônicas há 22 anos. Assim se posicionou a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Rosa Weber, em coletiva realizada neste domingo (21/10), em Brasília.

A presidente da Corte Eleitoral afirmou que a justiça eleitoral não tem partido. “A justiça eleitoral não é espectadora nem parte interessada. A justiça eleitoral tem posição institucional isenta e não combate boatos com boatos e sim com ações judiciais”, disse.

Em relação às denúncias de fraude nas urnas, a ministra destacou que elas não possuem base empírica e pediu confiança na justiça eleitoral “São resultados impactantes sem compromisso com a verdade. O sistema eletrônico é auditável e qualquer fraude deixaria digitais. Confiem na Justiça Eleitoral, que é a melhor arma do eleitor e um verdadeiro patrimônio do povo brasileiro”, disse.

Ordem Pública

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, apresentou um balanço das eleições. Até este domingo, no âmbito da Polícia Federal, foram lavrados 245 termos circunstanciados, 469 inquéritos, 266 pessoas foram apreendidas por propaganda ilegal, propagação de Informação falsa e compra de votos.

O ministro também apresentou 14 casos selecionados que tiveram grande repercussão, como o eleitor que votou com um simulacro de arma de fogo. “Essa pessoa foi investigada e já foi indiciada. Em sete dias, outros casos de incitação ao estupro, fraude em urna e ameaças à presidente da Corte também já foram identificados e indiciados. Não há anonimato para a Polícia Federal e quem decide é a Justiça Federal”, disse.

Em relação à suposta denúncia de caixa 2 contra o candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, o ministro informou que investigação foi instaurada pela Polícia Federal para apurar o uso de envio em massa de mensagens ofensivas a candidatos à Presidência da República vai transcorrer em sigilo. “O inquérito está aberto, mas por determinação do presidente está decretado o sigilo dos autos”, disse.

Desordem Informativa

O vice-procurador do Ministério Público Federal, Humberto Jacques, chamou os episódios de supostas fraudes de “desordem informativa”. “Em uma democracia, todos querem saber versões e fatos. A urna é fidedigna e não há nada que possa preocupar o cidadão comum. Não é mais mostrar a verdade, agora é responsabilizar pessoas”, disse.

O representante do MPF ainda destacou que em todas as urnas havia um lacre com a assinatura do MPF e nenhuma teve o lacre violado. “No dia da eleição no primeiro turno, houve uma auditoria em cada estado em tempo real. As urnas foram sorteadas aleatoriamente e nenhum problema de fraude foi constatado”, disse.

Date Created

21/10/2018